

Feminismo, consciência de si e estratégias de resistência ao estado novo em Portugal: a viagem de Maria Lamas ao encontro das trabalhadoras no livro “As Mulheres do meu País” (1948-1950)

LUCIANA ANDRADE DE ALMEIDA*

A ascensão de Oliveira Salazar ao governo, no seguimento do golpe militar de 1926, conduz ao processo de instauração de um regime autoritário em Portugal, que persistiria até 1974 em uma longa experiência de ditadura. O Salazarismo não se assume autoritário de início, mas reflete o momento em que outras ditaduras se fizeram notar em toda a Europa. A Constituição aprovada em 1933 traça as diretrizes do regime, conhecido por Estado Novo, sustentado ideologicamente por um pensamento católico, nacionalista e antiliberal. “Deus, Pátria e Família” eram as palavras de ordem. Estas e outras ideias foram colocadas a serviço do combate de urgentes ameaças, como o comunismo, o republicanismo e o feminismo – que naquele período assumiu formas como o republicano, o maçônico, o anarquista, o católico.

Nos anos que sucederam à Segunda Guerra, alguns movimentos oposicionistas conseguiram certa dinamização. Um deles foi o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), grupo formado em 1914 e presidido em 1947 por Maria Lamas - jornalista que já somava quase duas décadas de trajetória no periodismo em publicações como *A Joanhinha*, *A Voz*, *Correio da Manhã*, o suplemento *Modas e Bordados* (do jornal *O Século*) e a revista *Mulheres*, da qual foi diretora. À frente do CNMP, organizou a Exposição de Livros Escritos por Mulheres, na Sociedade de Belas Artes, em janeiro de 1947. No ano anterior, representara o grupo no Congresso do Conselho Internacional das Mulheres, na Bélgica - o primeiro congresso de mulheres após a Segunda Guerra mundial.

Se, por um lado, o pós-guerra trouxe ânimo à oposição ao regime do Estado Novo e às lutas por direitos, por outro, “o contexto de ditadura vivido no país e a forma como a oposição organizou as mulheres teriam tido peso no apagamento da memória histórica dos feminismos da primeira metade do século XX” (TAVARES, 2008:88). O regime

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

voltou a impor um discurso de domesticidade e docilidade para as mulheres, que deveriam regressar à casa, devolver os postos de trabalho aos homens e dedicar-se ao universo privado e à educação dos filhos, como verdadeiras guardiãs da moral.

Desta forma, após a grande exposição de livros escritos por mulheres, o regime resolve encerrar o CNMP, que já era alvo de sistemática repressão. O governo argumentou que o Conselho não era necessário, uma vez que o Estado Novo confiava à Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)¹ o encargo de "educar e orientar" as mulheres.

Mas será que o governo português estaria cuidando delas de fato? Para responder a esta pergunta e colocar em xeque o pensamento do Governador Civil que interferiu no CNMP, a jornalista Maria Lamas iniciou o seguinte projeto: faria uma viagem de mais de dois anos por terras lusitanas, tornando público seu itinerário pessoal de descobertas a respeito da condição feminina.

Para custear as despesas envolvidas na investigação, foi criada a Actualis Ltda. Distribuidores Gerais, editora fundada por Manuel Fróis de Figueiredo e sua filha, Orquídea Fróis de Figueiredo, além de Maria Lamas. A empresa também financiaria deslocamentos, alojamentos, alimentação e documentação da escritora em seu percurso. Era essencial, ainda, para organizar o recolhimento de assinaturas para apoiar a publicação. O livro, esta obra nascida da urgência e do enfrentamento ao regime, foi escrito entre 1948 e 1950, em fascículos independentes de 32 páginas. Sua periodicidade era mensal e cada um deles valia 15 escudos. Já a obra completa, de 471 páginas, era paga com antecedência e vendida a 200 escudos².

As Mulheres do meu País tornou-se a primeira grande reportagem sobre as condições sócio-econômicas das mulheres portuguesas. O relato de viagem retratava Portugal no final dos anos 1940, permeado de dados estatísticos e diversas histórias de vida. Através da escrita pública, dava visibilidade aos problemas femininos que nem o próprio País conhecia. "(...) mesmo pessoas bem intencionadas, vivendo permanentemente em freguesias rurais, ignoram tudo dos camponeses, como se os separasse uma fronteira

¹ Cf. PIMENTEL, Irene. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

² A reimpressão feita pela Editora Caminho em 2002-2003, sob a direcção de José António Flores e com a utilização dos originais fotográficos de Maria Lamas e alguns outros, sempre que eles foram localizados, assegura ao livro e às suas imagens uma nova importância. No entanto, no presente estudo, utilizamos como fonte a edição de 1948 da obra.

intransponível, e veem-nos como se eles tivessem nascido especialmente para a vida que levam” (LAMAS, 1948:8). Segundo a pesquisadora Alice Vieira, Maria Lamas “aproveita as suas páginas para chamar a atenção dos leitores para ‘os outros’, procurando assim levar os mais novos a entender a máxima que entre todas lhe é mais querida: os homens nascem todos iguais” (VIEIRA, 1993:19).

Originalmente, o Plano Geral da Obra, anunciado no 1º fascículo, parecia remeter a informações pesquisadas e convicções pessoais, talvez resultados de experiências ligadas aos anos de jornalismo e às atividades no CNMP. A organização prévia do livro era definida pelas ocupações femininas: A Camponesa, A Mulher da Beira-Mar, Diversas Ocupações da Mulher do Povo, Indústrias Caseiras, A Intelectual, A Operária, A Mulher de Beira-Rio, Empregadas e Profissionais, A Mulher Doméstica, A Artista. Maria Lamas caracterizava as mulheres por sua profissão, atuantes tanto no espaço urbano como no rural.

A jornalista viajou o país a pé e no lombo de animais, parando para ouvir as histórias das portuguesas. Eram relatos do dia-a-dia na lida, as esperanças de encontrar um amor, as saudades do marido, a forma de conciliar a criação dos filhos ao trabalho, seus lamentos e uma série de outras impressões que estariam relegadas à obscuridade e ao esquecimento, dissipadas no anonimato. Aquelas eram as mulheres de seu país. Os resultados de suas observações e dos depoimentos colhidos eram reunidos para compor um painel feminino cultural, etnográfico e histórico.

No entanto, na obra efetivamente publicada, ocorreu uma pequena adaptação. O levantamento geográfico passou a dominar, levando a crer que Lamas reviu seu pensamento em função da investigação empírica. O livro passou a ser dividido em A Camponesa (nas regiões Ares do Litoral, Terras do Minho Adentro, Três camponesas-bordadeiras da região de Viana do Castelo, Para Lá do Marão, Nas Ribas do Alto Douro, No Douro Litoral, Através das Beiras, Alentejo, Na Região Algarvia, Estremadura, Ribatejo, No Arquipélago da Madeira, Nas Ilhas dos Açores), A Mulher do Mar, A Operária, A Empregada e A Doméstica, finalizando com Várias Notas. Maria Lamas empenhou-se na tentativa de não generalizar as mulheres, mas estudar suas especificidades, focando no trabalho feminino, em seu protagonismo, nas dificuldades que sofriam. “Olhei a minha volta e comecei a reparar melhor nas outras mulheres: umas resignadas e heróicas na sua coragem silenciosa, outras indiferentes, entorpecidas;

e ainda aquelas que fazem do seu luxo a exibição de um privilégio” (LAMAS, 1948:5). Tal abordagem mostrava uma realidade completamente distinta da visão homogênea das mulheres que o regime pretendia transmitir à opinião pública.

O Estado Novo em Portugal, que silenciou sistematicamente as narrativas e as vozes das vítimas e testemunhas da censura, também o fez com as mulheres. O regime guardava um marcante componente de gênero, ao representar de modo hegemônico a glorificação da maternidade, da mulher no lar e do modelo patriarcal de família, cultivando a complementaridade de papéis próprios a cada sexo. Essa construção era coerente com os princípios da Igreja Católica e assentada em justificativas do ponto de vista biológico que afirmavam as distintas “naturezas” dos sexos. Havia um aparente discurso de valorização social da mulher e de seu papel central no regime – mas, na verdade, a maternidade e o trabalho doméstico “enaltecido” não eram exatamente uma opção da mulher. Tais papéis eram na verdade desvalorizados, por ocupar um campo mais restrito de atuação e refletir um poder pouco reconhecido pela sociedade.

Alguns mitos tão explorados pela ditadura portuguesa em proveito próprio são desmistificados na obra de Maria Lamas. Ela mostrava representações femininas dissonantes em seu discurso de tomada de consciência, enfrentamento e intervenção política. A jornalista retratou a mulher fora do confinamento da vida privada (a que foi submetida em um longo processo de exclusão) e a observou especialmente em situações de trabalho intenso nas lavouras, nas salinas, no litoral, na extração de carvão, nas fábricas, nos pequenos comércios. Revelava a contribuição da mulher para o equilíbrio econômico de centenas de famílias, naquele Portugal agrário e rural, que não oferecia condições adequadas de sobrevivência ou perspectivas de desenvolvimento. Entre os anos 1930 e 1940, cerca de 50% da população se dedicavam à agricultura e as taxas de analfabetismo eram bastante expressivas.

Neste ambiente, fartamente documentado no livro, as mulheres foram mantidas afastadas da política, discriminadas no mercado de trabalho e condicionadas a uma discreta atuação na esfera privada. A história, que costumava focalizar somente a dimensão pública – domínio praticamente exclusivo dos homens – não teria espaço para perceber as mulheres.

Consciente desta história incompleta, Maria Lamas começa a conhecer as experiências múltiplas das mulheres e dá-lhes outra dimensão. Recupera, por exemplo, relatos e

sentimentos de mães de família obrigadas a sustentar a casa sozinhas, na ausência dos companheiros. Muitos deixaram tudo para trás, em busca de trabalho. Uma delas conversou com a jornalista; chamava-se Esperança e teria pouco mais de trinta anos.

(...) sem os dentes da frente, mal cuidada, vestida de preto, que está sentada junto da porta, numa casa construída sobre pequena elevação de terreno, a dois passos do caminho. Impressiona, logo que vê. Devia ter sido bela. Os olhos, enormes, muito escuros, têm estranho fulgor. O cabelo, negro, se estivesse penteado faria realçar, ainda, as feições morenas, irregulares mas singularmente expressivas. Tem as faces chupadas e um ar fatigado. É inteligente, com certeza, esta mulher. Casada e mãe de cinco filhos. O marido é pedreiro e trabalha para os lados de Setúbal. Há dois anos que não vem a casa. Chegará dentro de três dias, para festejar o Natal. E a Esperança vai dizendo, comunicativa e excitada:

- As outras vão esperar os seus homes ao caminho, todas prontadas. Eu não vou. Não gosto de dar espectáculo. Quero abraçar e beijar o meu home à minha vontade, aqui, na nossa casa, onde nasceram os nossos filhos (LAMAS, 1948:72-3).

Quando os homens partiram, as mulheres tomaram conta de campos e ruas. Os ambientes passaram a trazer o barulho e os rumores de seus passos, das cantorias, das conversas enquanto lavavam roupas no rio. Estas e outras histórias de vida das mulheres portuguesas - agora com um nome e um rosto - trazem pistas da emancipação, autonomia, resistência ou conformismo. Uma multiplicidade de posturas e ações. As vozes silenciadas das mulheres e suas narrativas ganham existência e relevância, lidas em seu próprio contexto, vistas de perto por outra mulher. São relatos que contribuem com os atuais estudos históricos, culturais e de gênero, que sugerem uma leitura crítica e até mesmo uma reescrita das páginas sobre o Estado Novo. Conhecer os diferentes discursos e práticas implica em apreender papéis e espaços mutáveis que elas ocupavam na sociedade. Muitos destes grupos ganharam um registro para o presente e a posteridade.

Outro elemento a ser destacado em *As Mulheres do Meu* é a utilização de numerosos registros fotográficos dos quais as mulheres são protagonistas. As imagens são da autoria de Maria Lamas ou de fotógrafos que colaboraram com a realização do livro. Geralmente realizadas ao ar livre, as fotografias revelam o desejo de contextualizar a atividade daquelas mulheres no espaço geográfico português e de mostrá-las em um ambiente diverso do doméstico. Elas ocupavam o espaço público, relacionavam-se entre si, compartilhavam experiências, dividiam as dificuldades.



Individuais ou de grupos, os retratos são trabalhados em linguagem Neo-Realista, que frequentemente acentuavam o movimento do corpo e o esforço físico das mulheres em atividades que não eram habitualmente associadas ao “sexo frágil”. Assumiram um forte caráter de denúncia.



Maria Lamas chama atenção para outra atitude naturalizada na sociedade portuguesa do período (algo que acontece até os dias atuais), o pagamento de menores salários a mulheres que ocupem a mesma função de homens. Sobre isso, questiona a um funcionário da fábrica que visitava:

Numa fábrica com várias secções há uma oficina onde o trabalho é feito de pé, ao torno, sendo o operário forçado ao constante movimento da perna, que sobe e desce, para manter o aparelho em movimento. Nessa oficina trabalhavam ainda há pouco tempo quinze mulheres e um homem. Dada a violência da tarefa evidentemente imprópria para mulheres, fez-se a pergunta:

- A lei permite o trabalho feminino nesta secção?

- Não permite, mas estamos em regime de transição.
- ?...
- As mulheres que aqui trabalhavam anteriormente à nova lei não são despedidas e conservam-se nos seus lugares até quererem. Só à medida que forem saindo é que as substituímos por homens.
- E por que insistem elas em continuar neste trabalho?
- Porque sempre ganham melhor... É a secção mais bem paga.
- Quanto?
- Dezoito escudos diários.
- E o homem ganha o mesmo?
- Não, o homem ganha trinta e dois.
- Mas o serviço não é o mesmo?
- Pois é...
- E o rendimento do trabalho?
- Francamente, nesta secção o trabalho da mulher rende mais...
- Então?
- Bem vê, o salário do homem é sempre superior. (LAMAS, 1948:368)

O desestímulo ao trabalho feminino fora do lar era resultado de um processo histórico de subalternização das mulheres na sociedade. Elas não participavam das decisões políticas, eram pouco instruídas, seriam frágeis e pareciam ter “nascido” para realizar o trabalho doméstico – desvalorizado porque não-remunerado.

O trabalho feminino também representaria a desagregação das famílias, o declínio moral e entraria em concorrência com a força de trabalho masculina, no entender do regime salazarista. O governo também via nas ocupações pesadas um elemento de destruição da beleza feminina e um desvio da função essencial da mulher: a maternidade. O trabalho, por outro lado, poderia proporcionar à mulher uma atitude mais emancipada e consciente. Seria esse um dos receios do Estado Novo? Pergunta Maria Lamas, que demarca sua posição como democrata – e não feminista, adjetivo que jamais adotou para si:

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? (...) Será que a mulher preparada para colaborar eficazmente na vida pública da Nação ofende a moralidade do Estado Novo? (...) Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objectos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá. (LAMAS apud GORJÃO, 2002:202)

Contudo, o discurso do Estado Novo contra o trabalho feminino fora do lar esbarrava na realidade de um número cada vez maior de mulheres trabalhando fora de casa, na indústria, na agricultura e em uma série de atividades afetadas por massivas emigrações no país naquele período do século XX. Em 1950, a população ativa portuguesa contava com 22,7% de mulheres (PIMENTEL, 2000:50), e a realidade pretendida pelo regime

autoritário já não era mais possível em muitas famílias, que dependiam dos rendimentos das mulheres para garantir seu sustento.

Trabalhavam como lavradeiras, jornaleiras, carvoeiras, amassadeiras de pão, pastoras, comerciantes. Atuavam nas indústrias caseiras de doces, pães, bolos, tecelagem, tapetes, rendas, bonecos de barro, chapéus de palha de trigo e de milho, cestos de vime. Desempenhavam ofícios intelectuais de professora, escritora, jornalista, médica, advogada, investigadora científica, funcionária pública, enfermeira, datilógrafa, telefonista, vendedora.

Apesar de abordar prioritariamente o cotidiano feminino relacionado ao trabalho, Maria Lamas não deixou de incorporar a seu discurso o lugar da mãe na família, responsável pelo cuidado dos filhos. Procurou mostrar que elas precisavam conciliar as diversas atividades e estabelecia um diálogo entre as diversas dimensões femininas.



Sobre os grupos de mulheres que encontrou, Lamas fala de índole, mentalidade, trajés, linguagem, usos e tradições; o relato desenha a paisagem, as habitações e o cotidiano; fala de alimentação e higiene; conhece suas atitudes diante de namoros, casamento e filhos; registra danças e divertimentos. Diversas formas de sociabilidade entre as mulheres emergem, já que elas ocupavam outros espaços. “São as mulheres de ação que interessa encontrar, inovando em suas práticas, mulheres animadas e não mais automáticas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 2005:199).

O fato é que, para Maria Lamas, faltava àquelas portuguesas a afirmação de uma consciência de si, de seu valor e dos espaços que poderia ocupar. Ela disse, inclusive,

“que as mulheres ficavam surpreendidas com seu interesse e afirmavam que não tinham nada para contar sobre as suas vidas. Resumiam a sua vivência ao facto de serem mulheres e serem pobres” (RODRIGUES, 2009). A autora vinculava a uma questão de gênero a baixa auto-estima das mulheres e até o consentimento delas diante da violência doméstica, como se essa prática fosse um “desígnio que pesa sobre a sua condição”.

Consideram-se e confessam-se infelizes, mas julgam-se condenadas a uma pena sem remissão por serem mulheres. Atribuem ao sexo todo o mal da sua vida, porque ele as escraviza à gravidez, à maternidade e aos <<trabalhos forçados>> de uma existência consumida na grande luta quotidiana, feita de pequenas lutas, esgotantes, entristecedoras e tantas vezes inúteis! Ser mulher é, para elas, ser escrava. (...) exige-se à mulher resistência sobre-humana sob o ponto de vista moral e físico. Ela é acusada sempre que as coisas não correm bem no casal: Porque é desmazelada ou porque só pensa em luxar, porque não dá criação aos filhos, porque não sabe <<levar o marido>>. E ninguém estranha se o homem a trata com desprezo ou a espanca numa hora de mau vinho. Ela própria lhe reconhece esse direito, suportando tudo como um desígnio que pesa sobre a sua condição de mulher. (LAMAS, 1948:39-40)

Lamas também aponta o isolamento da mulher portuguesa em relação à política local, às imposições do regime e, ainda, aos movimentos pela dignificação da mulher na família, no trabalho e na sociedade, que surgiam discretamente entre alguns grupos em Portugal e já ganhavam alguns países próximos, como a França.

Esta falta contribui muito para a indiferença da mulher portuguesa pelos assuntos políticos, e pelo seu próprio esclarecimento, não somente no que se refere a acontecimentos mundiais, como até no que diz respeito à vida nacional. Desta forma, a mulher portuguesa vive desligada das mulheres dos outros países, que estudam, dia a dia, os vários aspectos da sua vida, quer sob o ponto de vista familiar, quer sob o ponto de vista profissional e político mantendo-se unidas, por meio de associações e trabalhando, num elevado sentido de cooperação, pela dignificação do seu sexo (LAMAS, 1948:466).

Na conclusão de sua obra, após sua grande viagem, a jornalista sentencia (em resposta direta ao Estado Novo) que “não existe em Portugal qualquer instituição sem preocupações doutrinárias, que se ocupe especialmente de estudar a situação da mulher, procurado a justa solução de seus problemas” (LAMAS, 1948: 465). Sua leitura da realidade, gerada a partir do deslocamento em busca do “outro” e também da descoberta do “eu”, evoca o desejo da tomada de consciência da mulher portuguesa, que ensaia sua inserção na história após um longo processo de exclusão. Escrever esta história das mulheres de seu país significou fazê-las existir publicamente no presente e no futuro.

Focalizou não apenas a resistência, mas sua combatividade no cotidiano. "Já não duvidava: os meus problemas eram os problemas de todas as mulheres" (LAMAS, 1948:5).

Bibliografia

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. *O feminismo de ontem e de hoje*. Lisboa: Ela por Ela, 2002.

COVA, Anne e PINTO, António Costa. *O Salazarismo e as mulheres: Uma abordagem comparativa*. Penélope, Lisboa, n.17, p.71-94, 1997.

FIADEIRO, Maria Antónia. *Maria Lamas*. Lisboa: Quetzal Editores, 2003

GORJÃO, Vanda. *Mulheres em tempos sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

LAMAS, Maria. *As Mulheres do meu País*. Lisboa: Actuális, 1948.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 2ª ed.

_____. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História - A mulher e o espaço público – São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol.9, n. 18, agosto de 1989/setembro de 1989.

PIMENTEL, Irene. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSIM, Miriam Pillar (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RODRIGUES, Ana. *Uma escrita feminina com profundo sentido de humanidade*. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=719>. Acesso em: 30 de agosto de 2009.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991 (mimeo).

TAVARES, Manuela. *Feminismos em Portugal: 1947-2007*. Tese de Doutoramento - Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

VIEIRA, Alice. *Maria Lamas: Uma escritora para a infância*. In: Maria Lamas, 1893-1983: Catálogo. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.